

# Diário do Legislativo de 09/09/2004

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado George Hilton - PL

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 38ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada a Homenagear o Grupo de Louvor e Adoração Diante do Trono

1.2 - Reunião de Comissões

### 2 - MATÉRIA VOTADA

2.1 - Plenário

### 3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

### 4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Comissões

### 5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 8 - ERRATA

## ATAS

ATA DA 38ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 2/9/2004

Presidência do Deputado Miguel Martini

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Márcio Passos - Exibição de vídeo - Palavras do Pastor Márcio Valadão - Entrega de placa - Palavras do Sr. Presidente - Apresentação Musical - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Márcio Passos - Miguel Martini - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Miguel Martini) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. Pastor Márcio Valadão, Presidente do Ministério de Louvor Diante do Trono; Pastora Ana Paula Valadão Bessa, Ministra do Grupo de Louvor e Adoração Diante do Trono; Pastor André Valadão, Ministro do Grupo de Louvor e Adoração Diante do Trono; e o Ten. Cel. Alexandre Lucas Alves, Secretário Executivo da Defesa Civil de Minas Gerais, representando o Gabinete Militar.

### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Grupo de Louvor e Adoração Diante do Trono pelo grande trabalho social desenvolvido no Brasil e no exterior e pela gravação do seu sétimo CD ao vivo.

### Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

### Palavras do Deputado Márcio Passos

Exmos. Srs. Deputado Miguel Martini, representando o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Mauri Torres; Presidente do Ministério de Louvor Diante do Trono, Pastor Márcio Valadão; Sra. Ministra do Grupo de Louvor e Adoração Diante do Trono, Pastora Ana Paula Valadão Bessa; Srs. Ministro do Grupo de Louvor e Adoração Diante do Trono, Pastor André Valadão, e Secretário Executivo da Defesa Civil de Minas Gerais, Ten.-Cel. Alexandre Lucas, representando o Gabinete Militar do Governador; prezados integrantes do Grupo Diante do Trono, senhoras e senhores convidados, em deferimento ao requerimento por mim formulado a esta Casa, a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais reúne-se em sessão solene para homenagear o Ministério de Louvor Diante do Trono – grupo musical da Igreja Batista da Lagoinha, em Belo Horizonte.

Especialmente para mim, esta é uma noite festiva, pois tenho o privilégio de me pronunciar para honrar o Grupo de Louvor e Adoração Diante do Trono pela gravação do seu sétimo CD ao vivo, intitulado "Esperança" e pelo efetivo serviço social que realiza.

A discografia do Diante do Trono consta de sete CDs gravados ao vivo, dois infantis e dois gravados em solo, um por Nívea Soares e outro pelo Pastor André Valadão.

Por se tratar de músicas que tocam o mais íntimo das pessoas, com mensagens que falam do amor de Deus, suas canções são ouvidas por um público fiel, que não tem limites de idade, cor ou religião. As algemas do preconceito são rompidas pela força de um Deus que não faz acepção de pessoas.

Como a fé tem poder para motivar o ser humano e levá-lo a almejar melhores condições de vida, milhares de pessoas têm suas histórias transformadas pela proposta da mensagem de Jesus Cristo. Os milhares de testemunhos confirmam a eficácia dessa fé.

Todos sabemos que crianças e adolescentes buscam um modelo a imitar, e o que temos visto não nos anima muito em relação a essa realidade. Em um contexto social em que lutamos contra as drogas, o crime e a violência que levam jovens e adultos à mediocridade de vida, o Diante do Trono se mostra como um exemplo a ser seguido. Sem necessidade da euforia produzida pelo álcool, sem as alucinações das drogas, esse grupo é a expressão da alegria genuína, do prazer de viver. É a manifestação explícita da felicidade que não depende das circunstâncias.

Os jovens percebem, pela vida dos integrantes desse grupo, que artifícios não são necessários para se desfrutar a vida plenamente. Eles vão entendendo que viver intensamente o dia de hoje não é viver irresponsavelmente, mas viver o presente de modo que o futuro seja mais que um dia após o outro.

Influenciando na formação da personalidade da população jovem, o Diante do Trono tornou-se um aliado das famílias, do Estado, do País, aumentando cada vez mais o seu raio de influência. Não estou apenas fazendo elogios que se perdem no ar, mas reconhecendo publicamente o valor dessas pessoas que formam opinião a partir de sua fé e postura.

Não é por acaso que o Grupo Diante do Trono reúne multidões cada vez mais expressivas em suas apresentações. Profissionalismo aliado à fé fazem desse grupo um fenômeno nacional que vem alargando suas fronteiras.

Em todas as suas gravações, o público superou as expectativas, como no Mineirão, em Belo Horizonte, com 100 mil pessoas; no Maracanã, no Rio de Janeiro, com 120 mil; em Brasília, a multidão chegou a 1.200.000 pessoas. A gravação do sexto CD, "Quero me Apaixonar", em São Paulo, alcançou 2 milhões de pessoas; em Salvador, a gravação do CD "Esperança" reuniu 700 mil espectadores.

O grupo já ministrou em quase todas as Capitais do Brasil, tendo inclusive se apresentado na Guatemala e, recentemente, no Japão.

Reconheço a importância desse grupo para o contexto social do nosso País e até de outras nações, uma vez que a música tem reconhecida influência na formação do jovem.

Indiretamente, o grupo participa de todos os trabalhos sociais desenvolvidos pela Igreja Batista da Lagoinha, como os realizados com crianças carentes, prostitutas e idosos.

De maneira direta, o Diante do Trono investe recursos e solidariedade no trabalho realizado na Índia. Com o nome Missão Índia, resgata e cuida de crianças, adolescentes e jovens mulheres que são forçadas à prostituição naquele país. Da saúde à educação, todas as suas necessidades são supridas, tudo feito com muito amor, o mais nobre dos sentimentos.

Além desse trabalho, o grupo mantém o Centro de Treinamento Ministerial Diante do Trono, que é um seminário teológico que visa capacitar pessoas para o trabalho missionário, desenvolvendo a formação do aluno tanto em nível intelectual quanto espiritual.

Essas ações comprovam que, quando os cidadãos se envolvem com o social, muito pode ser realizado, formando-se uma parceria com os governantes, pela qual todos são beneficiados.

Nós, parlamentares, usamos dos recursos que nos são disponibilizados para melhorar a vida da população mineira. Nossa preocupação, acima de tudo, é para com o bem-estar social, com o desenvolvimento sadio das famílias, pois elas são a base da nossa Nação. Desejamos que a população de modo geral desenvolva um caráter reto para o seu bem, para o bem da sua família e para o do nosso País.

Reconhecendo a parcela de contribuição do Grupo Diante do Trono nesse processo, eu, em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e também em meu nome, agradeço a todos os seus integrantes por tudo o que têm feito e os parabênizo pelos trabalhos desenvolvidos.

Que as suas fronteiras sejam alargadas e que seus sonhos continuem se transformando em realidades que redundem em benefício para as pessoas e honra para Deus. Tenham sempre êxito e satisfação em todos os seus empreendimentos.

Convido todos os presentes a se manifestarem com um caloroso aplauso ao Diante do Trono, e que a glória seja elevada a Deus, o responsável por todo esse sucesso.

#### Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistirem a vídeo institucional sobre o Grupo de Louvor e Adoração Diante do Trono.

- Procede-se à exibição do vídeo.

#### Palavras do Pastor Márcio Valadão

Exmo. Deputado Miguel Martini, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Mauri Torres; Pastora Ana Paula Valadão Bessa, minha filha, Ministra do Grupo de Louvor e Adoração Diante do Trono; Pastor André Machado Valadão, meu filho, Ministro do Grupo de Oração e Louvor Diante do Trono; Sr. Secretário Executivo da Defesa Civil de Minas Gerais, Ten.-Cel. PM Alexandre Lucas Alves, representando o Gabinete Militar; Exmo. Deputado Márcio Passos, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, a palavra de Deus nos diz que o homem não pode receber coisa alguma se do céu não lhe for dado. Reconhecemos este momento tão singular, tão precioso, em que os representantes do povo mineiro trazem ao coração do Diante do Trono uma expressão de reconhecimento, de honra, e é, acima de tudo, um momento para nós do Diante do Trono expressarmos também toda a nossa gratidão àquele que é digno sempre de ter toda a glória, toda a honra, todo o louvor, o Senhor Jesus Cristo.

O Diante do Trono nasceu no coração de Deus e dentro de um propósito que até hoje tem cumprido: a vontade de Deus, o Pai. Muitas pessoas perguntam qual é a razão do sucesso do Diante do Trono. Eu digo apenas que é a bondade de Deus, o Pai. É a unção do Senhor que tem feito toda a diferença. É por isso que para nós, do Diante do Trono, este é um momento tão singular, porque somos mineiros e amamos esta terra. Nasci aqui e o Diante do Trono está aqui em Minas Gerais. Percebo toda vontade de Deus e o sonho do Senhor para que possa se cumprir aquela promessa de que, como a água cobre o mar, toda a Terra vai se encher da glória do Senhor. O Diante do Trono não é o grupo de louvor, é um grupo de louvor como milhares que Deus tem levantado em nossa terra. Reconhecemos o nosso País, reconhecemos o nosso Estado com um dom especial de Deus, com um dom redentivo, que é o louvor e a adoração a Deus. Queremos que o Diante do Trono continue sendo aquilo que é o propósito de Deus: uma inspiração para que a nossa terra possa ser aquela terra sonhada pelo Senhor. Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor. Queremos ver esta terra diante do trono, não simplesmente Diante do Trono, o grupo de louvor, mas diante do trono daquele que é digno de toda a glória, de toda a honra e de todo o louvor, o nosso querido Jesus Cristo. Muito obrigado.

#### Entrega de Placa

O locutor - Senhoras e senhores, neste momento a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, por meio do Deputado Miguel Martini, Presidente desta solenidade, juntamente com o Deputado Márcio Passos, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, homenageia o Grupo de Louvor e Adoração Diante do Trono, fazendo a entrega ao Pastor Márcio Valadão de placa alusiva à ocasião, contendo as seguintes palavras:

"...também nos gloriamos nas próprias tribulações, sabendo que a tribulação produz perseverança; e a perseverança, experiência; e a experiência, esperança." Romanos 5: 3,4.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais homenageia o Grupo de Louvor e Adoração Diante do Trono pelo grande trabalho social desenvolvido no Brasil e no exterior e pela gravação de seu sétimo CD, ao vivo, "Esperança".

- Procede-se à entrega de placa.

#### Palavras do Sr. Presidente

Sr. Presidente do Ministério do Grupo de Louvor e Adoração Diante do Trono, Pastor Márcio Valadão; Sra. Ministra do Grupo de Louvor e Adoração Diante do Trono, Pastora Ana Paula Valadão Bessa; Sr. Ministro do Grupo de Louvor e Adoração Diante do Trono, Pastor André Valadão; Secretário Executivo da Defesa Civil de Minas Gerais, Ten.-Cel. Alexandre Lucas Alves, representando o Gabinete Militar; Exmo. Deputado Márcio Passos, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Srta. Mariana Valadão; Sra. Cassiane Valadão e demais familiares; Pastores e membros da Igreja Batista da Lagoinha, senhoras e senhores, "existe um rio, Senhor/ que flui do teu grande amor/ águas que correm do trono/ águas que curam, que limpam/ por onde o rio passar....".

Esses versos, de Ana Paula Valadão Bessa, foram compostos para a música "Águas Purificadoras", um dos grandes sucessos do Grupo de Louvor e Adoração Diante do Trono.

Unindo a arte da palavra à música, o grupo Diante do Trono, surgido no seio da Igreja Batista da Lagoinha, tornou-se uma singular expressão da arte religiosa contemporânea.

O sentimento religioso, na história da humanidade, tem-se mesclado a uma profunda experiência estética. No seu abandono à fruição mística, o

artista cria formas definitivas, numa perseguição ao eterno, dando ao mundo algumas de suas mais preciosas jóias.

Arte e religião estão presentes nas pirâmides egípcias, nos templos gregos, na catedral gótica ou no canto gregoriano e na música de Bach. O fervor diante da palavra divina move também as técnicas e os hábitos culturais.

Assim, a imprensa é inventada por Guttenberg para, na esteira da reforma luterana, levar a Bíblia ao maior número possível de leitores. Junto, percebe-se a necessidade de se ter uma população alfabetizada. Essa se torna a missão das escolas dominicais. Instrução e fé entrelaçam-se para o desenvolvimento individual. Paralelamente, as canções e os hinos, tocando a dimensão da beleza, elevam a alma.

Consoante essa tradição, o Grupo Diante do Trono veio ao mundo em Belo Horizonte para levar sua mensagem religiosa, na roupagem de belíssimas canções, pelos mais diversos pontos do País. Dispõe hoje de mais de 50 integrantes, com uma orquestra de sopro e uma base de teclados, além de cantores e dançarinos. É sempre uma festa onde quer que se apresente, uma festa de esperança pelo vislumbre de um mundo melhor, que celebra o Evangelho.

Todo esse movimento, todo esse sucesso aconteceu muito rapidamente, com avassaladora força, levando o grupo, desde o início, à gravação de suas canções, para o deleite de todos os que não podem participar das empolgantes apresentações. Cantar é uma das mais belas formas de oração. Ainda mais quando ao louvor se juntam vozes infantis, também chamadas a gravar com o grupo. Todas essas vozes nos conclamam a atravessar os momentos difíceis, próprios da existência de cada um. Elas nos dizem, convidando à superação dos problemas que nos afligem: "tantas lutas, tantas dores; num deserto pareço estar, mas te entrego os meus temores; sei que em ti, Senhor, posso confiar; quero trazer à memória aquilo que me dá esperança".

Em nome da esperança, estamos realizando esta reunião especial na Assembléia Legislativa em homenagem ao Grupo de Louvor e Adoração Diante do Trono. Em nome da esperança e também para a inscrição em nossa memória daqueles que nos trazem a alegria, a arte e a celebração da fé. Muito obrigado!

#### Apresentação Musical

O locutor - Neste instante, ouviremos os Ministros do Grupo de Louvor e Adoração Diante do Trono, que apresentarão as canções "Brasil" e "Preciso de Ti", de Ana Paula Valadão Bessa, que serão interpretadas pela autora. Em seguida, ouviremos também "Razão da Minha Vida", de André Valadão, que será interpretada pelo autor.

- Procede-se à apresentação musical.

O Sr. Presidente - Creio que não faria mal nenhum se continuássemos noite afóra louvando o Senhor.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta às autoridades e aos convidados os agradecimentos pela honrosa presença, e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de quarta-feira, dia 8, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada, e para a reunião extraordinária na mesma data, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 22ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 1º/9/2004

Às 10h08min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Jayro Lessa, Chico Simões, Doutor Viana, José Henrique, Sebastião Helvécio e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ermano Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Márcio Kangussu, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Bilac Pinto, Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e Agostinho Patrús, Secretário de Transportes e Obras Públicas, publicados, respectivamente, no "Diário do Legislativo" dos dias 23 e 28/8/2004. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Mensagem nº 192/2004 (Deputado Antônio Carlos Andrada) e Projeto de Lei nº 1.661/2004, no 1º turno (Deputado Jayro Lessa). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Neste instante, retira-se da reunião o Deputado Jayro Lessa. O Presidente determina a distribuição de avulsos do seu parecer, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.083/2004 na forma do Substitutivo nº 4 e pela rejeição das Emendas nºs 7 a 38 e do Substitutivo nº 3. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 571/2003 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 8 (relator: Deputado Márcio Kangussu, em virtude de redistribuição). Retorna à reunião o Deputado Jayro Lessa. São aprovados ainda os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.379/2004 com as Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Sebastião Helvécio); 1.609/2004 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte (relator: Deputado Doutor Viana); e 1.757/2004 (relator: Deputado Jayro Lessa). O Projeto de Lei nº 1.385/2004, no 1º turno foi redistribuído ao Deputado Chico Simões, que solicitou prazo regimental para emissão de seu parecer. Na fase de discussão dos pareceres dos relatores, Deputados Ermano Batista e Márcio Kangussu, que concluem, respectivamente, pela aprovação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.684/2004 e pela rejeição do Projeto de Lei nº 823/2003 no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Chico Simões. O Projeto de Lei nº 1.611/2004 é retirado da pauta, por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Ermano Batista, em que solicita do SINDIFISCO informações sobre as denúncias constantes nos cartazes colocados na galeria do Plenarinho IV, durante a reunião do dia 25/8/2004, sobre o INDG. Neste instante, retira-se da reunião o Deputado Sebastião Helvécio. Em seguida, é também aprovado requerimento do Deputado Doutor Viana, em que solicita da Loteria do Estado informações sobre os prejuízos causados pelo descumprimento de cláusulas pela empresa GTech Brasil. O Deputado Chico Simões declara que votou favoravelmente ao requerimento do Deputado Ermano Batista, porém solicita que seja convidado o SINDIFISCO para prestar esclarecimentos sobre o INDG a esta Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, hoje, às 18 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de setembro de 2004.

Ermano Batista, Presidente - Jayro Lessa - Adalclever Lopes - Márcio Kangussu - Jô Moraes.

#### ATA DA 18ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Redação NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 1º/9/2004

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Olívia e os Deputados Dimas Fabiano e Djalma Diniz, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Olívia, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dimas Fabiano, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 26, 313, 321 e 360/2003 (Deputado Djalma Diniz) e Projetos de Lei nºs 438/2003, 1.400 e 1.401/2004 (Deputado Dimas Fabiano). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 26, 313, 321 e 360/2003 (relator: Deputado Djalma Diniz) e Projetos de Lei nºs 438/2003, 1.400 e 1.401/2004 (relator: Deputado Dimas Fabiano). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de setembro de 2004.

Maria Olívia, Presidente - Padre João - Doutor Ronaldo.

ATA DA 17ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 1º/9/2004

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Cesar, Maria Olívia e Leonardo Quintão (substituindo este ao Deputado Chico Rafael, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Cesar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Leonardo Quintão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.456/2004 (relatora: Deputada Maria Olívia, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.223/2004. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 2004.

Paulo Cesar, Presidente - Maria Olívia - Leonardo Quintão.

## MATÉRIA VOTADA

Matéria Votada na 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA da 2ª sessão legislativa ORDINÁRIA da 15ª legislatura, EM 8/9/2004

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em 2º turno: Projetos de Lei nºs 117/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, na forma do vencido em 1º turno; e 1.128/2003, da Deputada Marília Campos, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno.

## ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 71ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, EM 9/9/2004

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 85, que dispõe sobre a elaboração, a alteração e a consolidação

das leis do Estado, conforme o previsto no parágrafo único do art. 63 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.145, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Nova União o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.114, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Governador Valadares o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.115, que dá nova denominação ao Conselho de Participação e Integração da Comunidade Negra, define sua competência e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.144, que institui o sistema de reserva de vagas na Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG - e na Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES - para os grupos de candidatos que menciona. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.192, que altera as Leis nºs 6.763 de 26/12/75, 13.470, de 17/1/2000, a Lei Delegada nº 60, de 29/1/2003, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.194, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2005 e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Participação Popular Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 9/9/2004

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Antônio Carlos Andrada, Chico Simões, Doutor Viana, José Henrique e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; Domingos Sávio e Paulo Piau, pela Comissão de Administração Pública; João Bittar e Paulo Cesar, pela Comissão de Assuntos Municipais; Bonifácio Mourão e Gilberto Abramo, pela Comissão de Constituição e Justiça; Durval Ângelo e Roberto Ramos, pela Comissão de Direitos Humanos; Adalclever Lopes e a Deputada Ana Maria Resende, pela Comissão de Educação; a Deputada Maria José Hauelsen e o Deputado Doutor Ronaldo, pela Comissão de Meio Ambiente; André Quintão e Gustavo Valadares, pela Comissão de Participação Popular; Gil Pereira e Padre João, pela Comissão de Política Agropecuária; Ricardo Duarte e Fahim Sawan, pela Comissão de Saúde; Sargento Rodrigues e Zé Maia, pela Comissão de Segurança Pública; Alberto Bejani e a Deputada Marília Campos, pela Comissão do Trabalho; Célio Moreira e Djalma Diniz, pela Comissão de Transporte; a Deputada Maria Olívia e o Deputado Elmiro Nascimento, pela Comissão de Turismo; e as Deputadas Lúcia Pacífico e Vanessa Lucas, pela Comissão de Defesa do Consumidor, membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno -, para a reunião a ser realizada em 9/9/2004, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para Turno Único dos Projetos de Lei nºs 1.795 a 1.800/2004, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 2004.

Ermano Batista, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Antônio Carlos Andrada, Chico Simões, Doutor Viana, José Henrique e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/9/2004, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o Turno Único do Projeto de Resolução nº 1.684/2004, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 47/2003, da Deputada Marília Campos, e os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.083/2003, do Governador do Estado (parecer sobre emendas apresentadas em Plenário), 823/2003, do Deputado Sargento Rodrigues, 1.537/2004, do Governador do Estado (parecer sobre emendas apresentadas em Plenário), 1.385/2004, do Deputado Gustavo Valadares, 1.597/2004, do Deputado Fábio Avelar, 1.611/2004, da Deputada Marília Campos, 1.622/2004, do Deputado Chico Simões, 1.650/2004, do Deputado Miguel Martini, e 1.718/2004, do Deputado Gustavo Valadares, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 2004.

Ermano Batista, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 80/2004

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Durval Ângelo, Elmiro Nascimento e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/9/2004, às 10h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 2004.

Ermano Batista, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ricardo Duarte, Fahim Sawan, Carlos Pimenta e Célio Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/9/2004, às 10 horas, com a finalidade de discutir a situação econômica, financeira e de atendimento da Santa Casa de Misericórdia de Pitangui, no salão paroquial da igreja dessa cidade, situado na Praça Getúlio Vargas, nº 60, Centro, com diversos convidados e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 2004.

Ricardo Duarte, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Designação da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 81/2004

- O Sr. Presidente designou, na 70ª Reunião Ordinária, a Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 81/2004, do Deputado Leonardo Moreira e outros, que altera o inciso II do art. 53 da Constituição do Estado. Pelo BPSP: efetivos - Deputados Márcio Kangussu e Fábio Avelar; suplentes - Deputados Antônio Carlos Andrada e Wanderley Ávila; pelo Bloco PT-PCdoB: efetivo - Deputado Rogério Correia; suplente - Deputada Maria Tereza Lara; pelo PL: efetivo - Deputado Leonardo Moreira; suplente - Deputado Dinis Pinheiro; pelo PMDB: efetivo - Deputado Ivair Nogueira; suplente - Deputado Adalclever Lopes. (Designo. Às Comissões.)

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 2/9/2004

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, telespectadores da TV Assembléia, faremos repercutir a audiência pública realizada ontem, na Comissão de Saúde, para que todos tomem conhecimento. Trouxemos a debate a possibilidade da terceirização do serviço de radiologia do Hospital Militar, um assunto de grande importância.

Hoje há cerca de 195 mil dependentes diretos do Instituto de Previdência dos Servidores Militares - IPSM -, que também utilizam o Hospital Militar. São Bombeiros, policiais militares, pensionistas, esposas e filhos, da ativa e reformados. O hospital, construído com o sacrifício de vários militares que trabalharam diretamente na obra, representa muito para os policiais, Bombeiros e dependentes. Aproveitamos este espaço para tratar do assunto, pois se trata de uma autarquia pública.

Na audiência pública, ouvimos o Ten.-Cel. Mauro Silva Veloso, que responde pela diretoria do hospital, e o Cel. Rômulo Diniz, atual Diretor de Saúde da Polícia Militar. Ao ouvir as autoridades e as entidades de classe - estas contrárias à terceirização -, entendemos que estamos no caminho certo, apesar de os Diretores terem deixado, nas entrelinhas, a possibilidade de a terceirização ocorrer.

Lembro que o hospital tem milhares de dependentes. Já enfrentamos um grave problema, que, por duas vezes, levei ao conhecimento do Secretário de Governo, Deputado Federal Danilo de Castro. Trata-se de nossa preocupação com o IPSM, uma vez que há cortes de convênios com clínicas, hospitais, médicos e dentistas, em diversas cidades do interior do Estado, por falta de repasse das contribuições estaduais. Agora, há mais uma possibilidade de desmantelamento da estrutura orgânica da saúde dos policiais, Bombeiros, pensionistas e dependentes.

Estamos aqui para discordar da terceirização do serviço de radiologia do Hospital Militar. Pasmem! Ainda teremos de conviver com a possibilidade de realocação de recursos humanos, pois há 18 praças e 4 oficiais técnicos em radiologia. Para nossa surpresa, o que levou o Comando da polícia, por meio da Diretoria de Saúde, a pretender a terceirização é não querer pagar o que a lei determina: adicional de insalubridade a 22 servidores técnicos em radiologia. Tivemos a colaboração dos Deputados Doutor Ronaldo, Márcio Kangussu, Célio Moreira e Ricardo Duarte.

Este, naquela oportunidade, como médico e Presidente da Comissão de Saúde, teve a oportunidade de expressar ao Cel. Rômulo Diniz, Diretor de Saúde, e ao Ten.-Cel. Mauro Silva Veloso, Diretor do Hospital Militar, que a Comissão de Saúde é totalmente contrária à terceirização desse tipo de serviço.

Pasmem, Deputados Doutor Ronaldo e Doutor Viana, médicos, e outros que exercem o mandato de Deputado e cumulativamente continuam exercendo a medicina! A Polícia Militar, para fugir a uma determinação legal de pagar aquilo que, durante oito anos, esses 22 militares recorreram ao Judiciário, ganhando em primeira e em segunda instâncias, e no STF o direito de receber o adicional de insalubridade... A justiça não foi cega, agiu de forma correta. Foram oito anos perambulando nos tribunais, para que a justiça determinasse que os técnicos em radiologia, em contato com esse tipo de aparelho, recebessem o adicional de insalubridade.

Foi uma saída equivocada, já que, se for efetivamente concretizada, será o desastre para o atendimento médico-hospitalar do Hospital Militar e

consequentemente para seus dependentes. A saída foi propor um estudo para terceirizar o serviço de radiologia do Hospital Militar. Estamos chegando a uma situação inconcebível por parte da administração pública.

Não podemos admitir que, numa tentativa de fuga para pagar aos servidores o que lhes é devido, o Estado, por meio de seus administradores diretos, utilize de subterfúgio, que, se concretizado, prejudicará a grande família policial e o Corpo de Bombeiros Militares do Estado de Minas Gerais.

Defendemos a manutenção do Hospital Militar, pois os policiais e os Bombeiros, que diuturnamente arriscam a vida para defender a sociedade, precisam de amparo à saúde. Não apenas eles, mas também seus dependentes precisam de tratamento adequado e à altura da envergadura do trabalho prestado. Essas pessoas prestam serviços que podem chegar a 6, 8, 12, 24, 48 horas, pois há determinadas operações de Bombeiros e de policiais que não devem nem podem ser interrompidas.

Necessitamos de uma rede orgânica hospitalar, de um atendimento que faça frente a esse tipo de trabalho, pois, segundo a ONU, trata-se da profissão mais estressante do mundo. Portanto, requer-se carinho específico e adequado para o tratamento desses servidores. Não entendemos a proposta do Ten.-Cel. Mauro Silva Veloso, com a aquiescência do seu Diretor de Saúde, o Cel. Rômulo Diniz, de propor a possibilidade de terceirizar o Hospital Militar.

Faço um apelo à grande família policial, Bombeiro Militar, bem como às viúvas, às pensionistas e aos dependentes, para que escrevam ao Diretor de Saúde, que enviem "e-mails" ao Ten.-Cel. Mauro Silva Veloso, Diretor do Hospital Militar, a fim de que ele não vá adiante com a proposta de terceirizar o serviço de radiologia do Hospital Militar.

É de fundamental importância a manutenção dos técnicos, que são policiais, pois continuarão prestando serviços de altíssima qualidade. Defendemos a manutenção do serviço de radiologia do Hospital Militar, que continue sendo realizado pelos técnicos, praças e oficiais.

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - Deputado Sargento Rodrigues, ontem também passei por lá e presenciei a reunião solicitada por V. Exa. Considerando-se os aspectos já tão bem detalhados por V. Exa., como médico, entendo que sua preocupação é quanto ao melhor atendimento aos que precisarem dos serviços de radiologia do Hospital Militar.

O debate público é sempre saudável, pois ouvem-se as duas partes. Ouvi algumas colocações feitas lá para justificar a introdução dessa sistemática de terceirização, e podemos analisar algumas. Também ouvimos as considerações do outro lado, liderado por V. Exa., em defesa da permanência da execução do serviço pelo próprio hospital.

O que já foi julgado e é devido aos funcionários deve ser cumprido. Quanto à avaliação dos prós e dos contras, desde que não falhe o serviço de radiologia, com a busca de entendimento, certamente chegaremos à melhor solução para o servidor que tem direito a esses serviços.

Parabenizo V. Exa. por proporcionar essa discussão e trazer para a Assembléia essa reflexão em defesa do cidadão que precisa dos serviços de radiologia do Hospital Militar.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradecemos a intervenção do Deputado Doutor Viana, companheiro parlamentar que exerce a medicina e sabe exatamente o valor da vida humana, o que tentamos, cada vez mais, preservar.

Não somos favoráveis ao Estado máximo, protetor, mas também não somos favoráveis ao Estado mínimo, pois ele não pode abrir mão de participar efetivamente de setores como a saúde, a segurança e a educação, áreas imprescindíveis que deve comandar e gerir.

A saúde da família do policial e do bombeiro militar não pode ser desmantelada e terceirizada. Defendemos que o Estado deve estar presente permanentemente nessas áreas. Insisto em dizer que não defendo o Estado máximo, mas também não defendo o mínimo. Queremos encontrar a melhor posição para que a intervenção do Estado seja eficiente para todo o povo brasileiro.

No caso do Hospital Militar, não defendemos a terceirização de nenhum de seus setores, principalmente o de radiologia, cujos 22 funcionários, técnicos em radiologia, deverão ser realocados e serão pagos para atuar em outros setores para os quais não prestaram concurso específico. Assim, teremos o encarecimento do serviço, e não uma diminuição de custo e maior eficiência.

Queremos fazer um apelo aos policiais e bombeiros que nos ouvem no momento: escrevam para o Diretor do hospital, o Ten.-Cel. Mauro Silva Veloso, dizendo que também são contra a terceirização, como dependentes e como pessoas proativas que participam efetivamente do pagamento das despesas, contribuindo com o Instituto de Previdência dos Servidores Militares com 11,5%. Digam que vocês não aceitam a terceirização e que, se for necessário, farão uma grande manifestação na porta do Hospital Militar. Como diz o próprio Ten.-Cel. Mauro Silva Veloso, a instituição não é dele, e ele não é dono da verdade, estando aberto ao debate.

A discussão está se iniciando, e necessitamos de que os policiais e bombeiros militares do Estado mandem "e-mails" e escrevam para o Diretor do hospital, dizendo que são contra a terceirização do serviço de radiologia e que querem que seja mantido de forma que continuemos a receber um atendimento de qualidade e eficiente por parte dos praças e oficiais que são técnicos em radiologia e estão lá, há mais de uma dezena de anos, prestando um bom serviço.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui nosso apelo ao Comandante-Geral da Polícia Militar. Tive a oportunidade de dizer ao Ten.-Cel. Mauro Silva Veloso que, caso essa decisão venha a ser tomada, ele teria uma enorme responsabilidade ao definir se poderia ou não terceirizar; que a responsabilidade seria totalmente dele e que ele pensasse duas vezes antes de tomar essa atitude. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, público nas galerias, TV Assembléia, faço uso desta tribuna para falar de um assunto que interessa a todos os mineiros e brasileiros. A sociedade em nosso País está exposta a quase o dobro de impostos sobre o consumo em comparação àqueles que vivem em países ricos. Nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE - o imposto médio sobre o consumo é de 12,45%, enquanto no Brasil chega a 22,41%. Senão vejamos: alguns tributos incidem sobre produtos que são de consumo diário da população, tais como arroz, feijão, pão e leite. Pagamos 14,71%. Pagamos no macarrão e na farinha mais de 25%, e no açúcar, 18,83%, entre outros, que se fosse citar aqui ficaria a tarde toda discursando.

Vejam que esses produtos são básicos mesmo, não são produtos de consumo esporádico, como CDs e roupas, que, pelo sim pelo não, o brasileiro pode adiar a compra, muitas vezes até mesmo por um longo período.

Não sou especialista em tributos, porém além de ser o seu representante no Legislativo mineiro, sou também cidadão. Faço minhas compras, pago meus impostos e sei que nos últimos anos a carga tributária vem avançando velozmente e corroendo os rendimentos dos trabalhadores, a

ponto de chegarmos ao absurdo de termos no Brasil uma inflação de tarifas.

O Governo Federal está agindo de modo que os impostos se tornem uma parte indissociável do seu orçamento, fazendo com que os brasileiros se transformem em seus parceiros comerciais, mas sem ganhar praticamente nada em troca.

Aqui abro um parêntese para falar da concentração de rendimentos no Governo central. Quando se aumentam os impostos de competência do Governo Federal, para compensar parcialmente esses aumentos, diminuem-se os impostos que constituem o Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios, empobrecendo-os ainda mais.

Bem, neste momento em que se mostra a importância de uma reforma tributária, faço uma pergunta: até quando ficaremos nas discussões, nas propostas e nas análises? A reforma tributária tem que dar o pontapé final para que se concretize a diminuição dos tributos pagos pelos trabalhadores, em uma direção correta e justa combinada com os atuais rendimentos dos assalariados em Minas Gerais e no Brasil. E que nossos impostos realmente contribuam para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Gostaria de me manifestar ainda sobre os planos de saúde. A Associação Médica, o Conselho Regional de Medicina, o sindicato dos médicos, os órgãos do Conselho Federal de Medicina e da Associação Médica Brasileira, e tantos outros, todos estão empenhados, há mais de seis meses, na implantação da CBHPM. Temos tido alguns avanços.

Quanto à classificação brasileira hierarquizada de procedimentos médicos, não se trata de aumentar a consulta ou o custo do plano de saúde, mas sim de aumentar a expectativa de todos aqueles que têm direito ao plano de saúde, para que também tenham direito aos exames e procedimentos que não constam na relação atual de prestação de serviços dos planos de saúde. Devemos ainda valorizar a profissão médica, que hoje se encontra numa situação de indignidade.

No entanto, com esse trabalho, com essa busca da valorização da medicina, avançamos em alguns pontos.

Médicos de todo o Estado decidiram, no último dia 30 de agosto, na sétima reunião geral da categoria, estipular um prazo máximo para as negociações com as operadoras de plano de saúde, nos seguintes termos: "As empresas que não apresentarem propostas para viabilizar a implantação da classificação brasileira hierarquizada de procedimentos médicos em janeiro de 2005 terão os médicos descredenciados a partir de 18 de outubro próximo, data em que se comemora o Dia do Médico. Essa decisão vale tanto para os planos de saúde independentes como para aqueles ligados à Associação Brasileira de Medicina de Grupo - ABRAMGE - e à Associação dos Serviços Assistenciais de Saúde Próprios de Empresas de Minas Gerais - ASASPE. Caso ocorra o referido descredenciamento, cerca de 800 mil usuários em Minas Gerais serão prejudicados. Não aceitamos postergar a implantação da CBHPM para 2006 ou 2007, como propuseram algumas operadoras. Isso após nove anos sem reajuste. É inviável esperarmos mais dois anos, ou seja lá o tempo que for.

As seguradoras de saúde, representadas pela Federação Nacional das Empresas de Seguro Privado e Capitalização - FENASEG -, não enviaram qualquer proposta de adoção da CBHPM. Por isso o atendimento por meio de reembolso para os seus usuários, em vigor desde o dia 24 de maio, continua.

O silêncio das seguradoras demonstra descaso para com os médicos e pacientes. A saúde é um serviço vital e não pode ser tratada dessa forma. O seguro-saúde integra um grupo economicamente forte e que tem condições de adotar a CBHPM, ainda que de forma escalonada. Percebemos também que essas seguradoras ligadas à FENASEG têm pressionado o Congresso Nacional, por meio de "lobbies", que vêm fazendo com grupos de Deputados Federais, a fim de dificultar a aprovação da lei do Deputado Inocêncio, a qual está tramitando no Congresso em regime de urgência.

Estão boicotando a mando, a pedido e por pressão dessas seguradoras de saúde.

Temos, então, de denunciar. Os médicos precisam continuar unidos para conseguirmos a vitória global e total.

A assembléia dos médicos definiu, ainda, pela aceitação da proposta da UNIMED-BH, a qual prevê a implantação progressiva da CBHPM. Cinco procedimentos médicos já foram reajustados. Com o acordo com a UNIMED os médicos já conseguiram a segunda vitória. Em 2 de agosto a União Nacional de Auto-Gestão e Saúde - UNIDAS -, que representa 38 empresas, como, por exemplo, as caixas de assistência do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, da Companhia Vale do Rio Doce, da USIMINAS e outras, acertou com os médicos um reajuste imediato entre 8% e 12% para todos os procedimentos médicos e a implantação da CBHPM, também pela banda mínima em janeiro de 2005.

Desde 1º de agosto, a consulta da UNIDAS passou para R\$32,00 e, em 1º de outubro, chegará a R\$34,00. Com isso, serão beneficiados em torno de 1.200.000 usuários desses planos.

Então, o movimento médico está mostrando maturidade e capacidade de negociação. Esperamos que esses acordos, firmados com a UNIMED e com a UNIDAS, inspirem outras empresas a virem fazer os acordos com o Sindicato dos Médicos e com as instituições que estão liderando esse movimento.

Quero, ainda, como terceiro assunto, parabenizar o trabalho de muitas associações de bairro. Existem associações em todas as cidades. Elas prestam relevantes serviços à comunidade, ao bairro e à região.

Recebi um balanço da AMESION, que é a associação de bairro do Sion. A diretoria mostra, neste informativo, sua prestação de serviços, o balanço financeiro do ano passado e as atividades desempenhadas ao longo deste ano e as que serão implantadas até o final deste ano.

Analisei todas as informações e quero aqui, da tribuna da Assembléia, sem que a diretoria saiba, parabenizá-la pelo trabalho que está realizando. É assim que tem ser. Fizeram uma parceria com a Polícia Militar, assim como também foi feita com a BHTRANS. Melhoraram o trânsito, reordenando o tráfego no bairro, que melhorou muito e ainda está em processo de evolução. Há, com relação a isso, outras melhorias que virão.

Parabenizo, portanto, a diretoria e todos que compõem a associação pelo trabalho e pelas ações desenvolvidas; entre elas destacamos a melhoria da segurança no bairro e o reordenamento do trânsito em parceria com a Polícia Militar e com a BHTRANS. Parabenizo a associação nas pessoas de Rosanne Von Sperling, Presidente; Luiz Maurício de Azevedo Sette, Diretor Financeiro; e Marília da Conceição Amorim, contadora, que apresentou o boletim.

Finalmente, presto ao jornal "O Tempo" minha solidariedade pelo acontecido no último dia 26 de agosto, quando, de forma extremamente agressiva, jornalistas foram intimidados no exercício da cidadania. Numa ação ditatorial, houve uma invasão, pela Polícia Federal, na redação

daquele jornal. Não podemos aceitar nem tampouco acatar essa atitude.

Muito pelo contrário, registramos nossa perplexidade, indignação e repúdio a esse ato violento praticado contra o jornal "O Tempo". Essa ação da polícia federal foi ditatorial e desrespeitosa. Isso é lastimável. Atitudes assim não são comuns à Polícia Federal. Por isso não poderia deixar de me manifestar. Temos de valorizar a democracia e as instituições e trabalhar de forma democrática.

No meu entendimento, essa não foi a melhor maneira de se buscar o que foi reivindicado, quando, na tarde do dia 26, a agência do jornal "O Tempo" foi invadida e vasculhada arbitrariamente pela Polícia Federal.

Portanto, ao encerrar meu pronunciamento, repito: registro a minha indignação e o meu repúdio a esse ato de vandalismo e de desrespeito à cidadania e à democracia. Obrigado.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 2/9/2004, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Antônio Andrade

exonerando Vania Maria de Melo Navarro do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

nomeando Marcelo Amorim Moreno para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Durval Ângelo

exonerando Maria Aparecida de Jesus do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão AL-35, 8 horas;

nomeando Maria Aparecida de Jesus para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

nomeando Nelson Pizzatto Zortea para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

### TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Actar Connectivity Informática Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência técnica em "switch", modelo Acellar 1200, da marca Nortel Networks, incluindo a reposição de seus respectivos módulos. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da data 1º/9/2004. Licitação: Pregão Eletrônico nº 33/2004.

## ERRATA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 2/9/2004, na pág. 44, col. 3, sob o título "Gabinete do Deputado Leonardo Moreira", onde se lê:

"Jairo Shirmeley Almeida Lima", leia-se:

"Jairo Shirneley Almeida Lima".